



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

107
70

Agravo de instrumento nº 316790-2 - Comarca do Recife

Agravante: Maria Cecília Cardoso de Moraes.

Agravado: FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PARIDADE ENTRE ATIVOS E PENSIONISTAS. INOBSERVÂNCIA. CERTIDÃO COMPROBATÓRIA. CABIMENTO. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Desde a promulgação da EC nº 41/2003, não mais existe a paridade ou a isonomia de vencimentos e proventos entre servidores públicos ativos e inativos, sendo a regra da paridade plena aplicável, entretanto, exclusivamente aos que já eram aposentados e pensionistas na data de sua publicação, a teor do que dispõe o seu art. 7º, o que se afeioa ao caso em apreço. 2. Observa-se que a certidão acostada aos autos (fls. 37) da conta de que se vivo e na ativa estivesse, o falecido instituidor da pensão em referência estaria recebendo a totalidade ali descrita, a implicar, sim, na necessidade de extensão das gratificações questionadas, na forma prevista no art. 40, § 3º, da CF. 3. Agravo instrumental provido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo de instrumento nº 316790-2, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar-lhe provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha de julgamento em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 18 de 06 de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

103

Agravo de instrumento nº 316790-2 - Comarca do Recife

Agravante: Maria Cecília Cardoso de Moraes.

Agravado: FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo de instrumento diante de decisão que indeferiu a liminar requerida na origem, ante a ausência de uma das condições que autorizam a sua concessão.

Em suas razões, de fls. 02/14, alega a agravante que não pleiteia qualquer equiparação, concessão, extensão de vantagem ou pagamento, mas que seja corrigido o decurso ilegal no montante de sua pensão, pois percebe valor bem inferior ao que o servidor falecido, instituidor do pensionamento, receberia acaso vivo estivesse.

Pugna pela atribuição do efeito substitutivo ativo ao presente recurso e, no mérito, requer seu provimento a fim de reformar em definitivo a decisão impugnada.

Contrarrazões de fls. 91/100, alega o agravado acerca da impossibilidade de concessão de antecipação de tutela contra a entidade implicando aumento de vencimentos, em face da vedação expressa consoante no art. 1º da Lei nº 9.494/97, do perigo de irreversibilidade do provimento antecipatório e, por fim, pugna pela manutenção da decisão agravada.

Em decisão interlocutória, de fls. 105/106, houve o deferimento do pedido requerido.

Parecer da Procuradoria de Justiça de fls. 153/158, pelo provimento do agravo de instrumento.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 2 de junho de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto

Agravo de instrumento nº 316790-2 - Comarca do Recife

Agravante: Maria Cecília Cardoso de Moraes.

Agravado: FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco.

VOTO

A teor do que dispõe a Súmula nº 729 do STF, não há que se falar em vedação à concessão de tutela antecipada nas causas de natureza previdenciária, de forma que, no caso em exame, não incidem as restrições contidas na Lei nº 9.494/97, bem como nas demais legislações restritivas de regência.

Consta dos autos declaração, emitida pelo Órgão municipal competente, referente ao *quantum* perceberia o ex-servidor se vivo fosse, o documento carreado pela autarquia municipal não faz referencia a qualquer vantagem *propter laborem*, demonstrando a evidente violação do direito à integralidade da pensão por morte a ela cabível.

Importa salientar que, desde a promulgação da EC nº 41/2003, não mais existe a paridade ou a isonomia de vencimentos e proventos entre servidores públicos ativos e inativos, assegurando a CF apenas a revisão dos benefícios, de forma a lhes preservar o valor real, sendo a regra da paridade plena aplicável, entretanto, exclusivamente aos que já eram aposentados e pensionistas na data de sua publicação, a teor do que dispõe o seu art. 7º, o que se afeiçoa ao caso em apreço.

No mais, é cediço que a pensão por morte deve corresponder à integralidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, se ainda em vida estivesse, diante da auto-aplicabilidade do § 5º, atual § 7º, do art. 40 da CF, consoante entendimento sedimentado nesta Corte de Justiça e no STF, senão vejamos:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE. PERCEPÇÃO DO BENEFÍCIO NOS VALORES QUE SERIAM RECEBIDOS PELO SERVIDOR SE VIVO FOSSE. AUTO-APLICABILIDADE DA ANTIGA REDAÇÃO DO ART. 40, §5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DIREITO ADQUIRIDO. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A inclusão no benefício percebido pelo agravante, da quantia correspondente à integralidade da pensão, é matéria pacificada neste Tribunal, no sentido de que deve ser efetuado o complemento do pagamento do referido benefício, em obediência ao disposto no antigo §5º, hoje §§ 7º e 8º do art. 40 da Constituição de 1988 (redação anteriormente à EC 41-03). 2. O recorrente não demonstrou nos autos que as referidas vantagens foram incorporadas a pensão da recorrida. 3. Recurso de Agravo não provido. 4. Decisão

Unânime (RA 220440-4/01, 1ªCDP, rel. Des. Fernando Cerqueira, julgado em 22/12/2010).

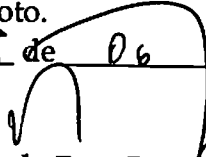
CONSTITUCIONAL. PENSÃO POR MORTE. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 40, §5º, CF. AUTO-APLICABILIDADE. PENSÃO POR MORTE. INTEGRALIDADE. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA. SÚMULA 287 DO STF AGRAVO IMPROVIDO. I- O valor pago a título de pensão, no caso, deve corresponder à integralidade dos vencimentos ou proventos que o servidor falecido recebia, uma vez que auto-aplicável o art. 40, § 5º(atual § 7º), da Constituição Federal. II - Agravo regimental improvido (AI 645327 AgR/SC, T1, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 21/8/2009).

Desta forma, observo que a certidão acostada aos autos (fls. 37) da conta de que se vivo e na ativa estivesse, o falecido instituidor da pensão em referência estaria recebendo a totalidade ali descrita, a implicar, sim, na necessidade de extensão das gratificações questionadas, na forma prevista no art. 40, § 3º, da CF.

Diante de todo o exposto, voto pelo provimento do presente agravo de instrumento.

É como voto.

Recife, 17 de 06 de 2014


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator